



EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UMA REFLEXÃO ¹

Gabriela Barbosa Souza ²

Lilian Miranda Bastos Pacheco ³

Eixo 11 – Educação, Sociedade e práticas educativas

RESUMO:

O presente estudo visa discutir sobre o papel da escola para as comunidades indígenas. O procedimento utilizado para coleta de informações foi a revisão bibliográfica na base de dados digital www.scielo.br

, utilizando do descritor “educação indígena”, além dos documentos legais que tratam da Educação Indígena. Há duas distintas abordagens teóricas que discutem esta questão, sendo elas: a abordagem que considera que a escola deve ser diferenciada e valorizadora de suas culturas; e a abordagem que considera que a escola deve ser capaz de prover conhecimentos necessários para que as comunidades indígenas possam gozar de todos os direitos da sociedade brasileira. Conclui-se que a introdução da escola nas comunidades indígenas foi marcada por conflitos, visto que esta é uma instituição construída nos moldes da sociedade envolvente.

Palavras-chave: Educação; Educação escolar; comunidades indígenas.

ABSTRACT:

This study aims to discuss the role of schools for indigenous communities. The procedure used for data collection was based on the literature review www.scielo.br

www.scielo.br

digital data using the descriptor "indigenous education" beyond legal documents dealing with the Indigenous Education. There are two distinct theoretical approaches that discuss this issue, namely: the approach that believes that the school should be differentiated and valuing their cultures; and the approach that believes that the school should be able to provide expertise to the indigenous communities can enjoy all the rights of Brazilian society. We conclude that the introduction of school in indigenous communities was marked by conflict, since this is an institution built along the lines of the surrounding society.

Keywords: Education; School education; indigenous communities.

INTRODUÇÃO:

Durante muitos anos, as comunidades indígenas conviveram com políticas que buscavam apenas a integração e assimilação da cultura considerada dominante, eurocêntrica, e a escola por sua vez era pensada para construção de uma sociedade predominantemente homogeneizadora e geradora de desigualdades sociais. Os Povos Indígenas eram vistos como uma categoria fadada à extinção, e para estes eram asseguradas por leis, políticas assimilacionistas como forma de integrá-los em uma cultura nacional homogênea. Pretendia-se, portanto, a criação de uma identidade étnica, cultural e linguística unificada.

No entanto, a partir de lutas, os indígenas problematizaram a situação a qual lhe eram destinadas, buscando construir uma educação diferenciada e baseada em seus princípios e crenças, as quais os permitiram a construção de políticas públicas que os permitam uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. Nesse contexto, considera-se a educação indígena como uma ampla gama de conhecimentos e relações, uma vez que as comunidades indígenas possuem sua sabedoria para ser comunicada e distribuída por seus membros e a escola por sua vez, se constitui em uma parte deste processo amplo que abrange tanto aprendizagens escolares como as aprendizagens adquiridas na vida cotidiana.

Nesse contexto, abordagens teóricas têm discutido acerca da inserção da escola em comunidades indígenas, destacando-se nesse contexto, principalmente: a abordagem que considera que a escola deve ser diferenciada e valorizadora de suas características culturais e a abordagem que considera que a escola deve ser capaz de prover conhecimentos necessários para que as comunidades indígenas possam gozar de todos os direitos da sociedade brasileira.

Ao considerar a relevância de tais discussões e conseqüentemente, o processo histórico de perdas e lutas que os povos indígenas vêm convivendo para manterem vivas suas especificidades que por sua vez circundam a educação indígena, este estudo visa discutir sobre o papel da escola para as comunidades indígenas.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de natureza qualitativa, uma vez que busca "a obtenção de dados descritivos mediante o contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo" (SILVA e MENEZES, 2000, p.9). O procedimento utilizado para coleta de informações foi a revisão bibliográfica. Segundo Gil (1991), a pesquisa se configura como bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponíveis na internet.

Esta revisão bibliográfica foi realizada na base de dados digital www.scielo.br

, utilizando do descritor "educação indígena". Foram encontrados 58 artigos referentes ao tema, sendo selecionados 36 para estudo, sob critério de se relacionar com a educação indígena e serem escritos em Língua Portuguesa. Os artigos excluídos da seleção tratavam de aspectos da área de saúde, jogos e práticas corporais indígenas, aspectos territoriais ou eram escritos em língua estrangeira, aspectos que neste momento não nos interessa.

Dos 36 artigos selecionados, 12 sobre a Educação Escolar Indígena; 9 sobre Educação Indígena em seu sentido amplo; 4 sobre Formação de Professores; 4 sobre aspectos referentes as Linguagens; 3 tratam da construção curricular; 1 sobre Educação Especial; 1 sobre a pesquisa em história indígena; 1 sobre Ensino Superior Indígena e 1 sobre a Representação do índio nos livros didáticos e em outros meios. Diante desse amplo conhecimento sobre a Educação Indígena, neste estudo enfocaremos apenas a Educação Escolar Indígena, utilizando dos 12 artigos selecionados sobre esta temática, sendo estes: Bergamaschi (2007);

Bergamaschi e Medeiros (2010); Bernardi e Caldeira (2012); Cunha (2008); Gomes (2006); Meliá (1999); Oliveira e Nascimento (2012); Paes (2002); Paula (1999); Silva (1999); Silva (2000) e Weigel (2003).

Além da análise dos referidos estudos, foram utilizados documentos de base legal que tratam e norteiam o contexto da educação indígena, sendo elas: Constituição Federal de 1988; Diretrizes para a política Nacional de Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998) e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2000).

Nesta perspectiva, o presente estudo inicialmente contextualiza de forma sintética o contexto histórico da Educação escolar indígena e posteriormente, discute sobre o papel da escola para as comunidades indígenas. Finalizando, apresentam-se as considerações finais a partir das leituras e discussões feitas, e as referências utilizadas para construção deste estudo.

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Os povos indígenas conviveram durante muitos anos com políticas que só buscavam a homogeneização da sociedade. Ao abordar questões atuais de políticas de línguas e educação escolar no Brasil, Cunha (2008) contextualiza o processo histórico de educação escolar indígena no Brasil, destacando que:

“Desde o século XVI, logo após a chegada dos portugueses ao Brasil, a educação escolar no país atinge comunidades indígenas, pautada a princípio, pela catequização feita pelos missionários jesuítas, e posteriormente, pela integração forçada dos índios à sociedade nacional, pelos programas de ensino do extinto Serviço de Proteção aos Índios” (p.149).

Percebe-se, portanto, que a educação indígena vem sendo marcada por imposições arbitrárias, na busca de que estes assimilassem a cultura dominante, direcionando à escola o papel de contribuir com esta realidade. Tratando desta discussão, Bernardi e Caldeira (2012) destacam que até a década de 70 a escola era concebida como o espaço para a consolidação e disseminação da invisibilidade da diversidade cultural, o que consequentemente o tornava geradora de desigualdades sociais num contexto tensionado entre a pluralidade e universalidade, entre o indígena e o não-indígena.

No entanto, a partir da década de 70 as práticas educacionais indígenas começaram a ir contra as políticas assimilacionistas e integradoras, na busca de mudar a situação política e educacional que lhe eram impostas. Bergamaschi e Medeiros (2010) destacam que foi na referida década, que iniciou um movimento de organização dos povos indígenas que, com o apoio de setores da igreja, das universidades e de ONGs explicitam suas reivindicações pelo direito à diferença, à terra, à saúde e à educação diferenciada.

Na busca de mudanças no contexto de assimilação à qual lhe eram impostos, os povos indígenas lutaram “por respeito aos conhecimentos, as tradições e os costumes de cada povo, valorizando e fortalecendo a identidade étnica” (CUNHA, 2008, p. 145). Nesse contexto, os indígenas buscavam a liberdade de criar, de desenvolver e de avaliar o que deve ser ensinado em suas escolas.

A partir da Constituição Federal de 1998 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), foram assegurados às comunidades indígenas o uso e a manutenção das línguas maternas e o respeito aos processos próprios de aprendizagem das comunidades indígenas. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) constitui-se como um marco no rompimento com a Política assimilacionista que era imposta aos índios, reconhecendo em seu artigo 231, o direito à prática de suas culturas próprias, bem como, o direito de afirmarem seus valores culturais, línguas, costumes, tradições e crenças.

A LDBEN (BRASIL, 1996) por sua vez, destaca em seu artigo 78, que o Sistema de Ensino da União deverá desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, objetivando proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como a garantia do acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional.

Considerando os referidos documentos, autores (BERGAMASCHI e MEDEIROS, 2010; OLIVEIRA E NASCIMENTO, 2012) destacam acerca dos avanços adquiridos pelos povos indígenas. Oliveira e Nascimento (2012) destacam que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) abre caminho para uma legislação educacional mais respeitosa das necessidades e interesses dos povos indígenas.

De acordo com Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 59) a LDBEN reafirmou pontos que já foram contemplados na Constituição Federal de 1988, no entanto, trouxe aspectos inovadores para o contexto da educação escolar indígena, tais como “o estabelecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural dos povos indígenas, com currículo, projeto pedagógico, material didático e formação de professores”.

Nesse novo contexto, a educação escolar passa a ser um direito garantido às comunidades indígenas. Nota-se que a partir das lutas indígenas, é que uma educação diferenciada foi posta em discussão. Em 2000, a Câmara de Deputados decretou o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2000), o que se constituiu em um avanço na discussão e prática de uma educação diferenciada voltada para as Escolas Indígenas, visto que este propõe em seu eixo VI que “as questões ligadas à justiça social, ao trabalho e à diversidade estejam presentes nas diversas instituições educativas e em todos os níveis e modalidades de educação”. (BRASIL, 2000, p.123)

Como é destacado no referido documento, embora as referidas questões sempre fizessem parte do desenvolvimento da Educação brasileira, muitas vezes elas não foram reconhecidas como direitos, os quais consequentemente, devem ser reparadas com respostas públicas e democráticas. No entanto, faz-se relevante destacar que todas as mudanças relacionadas ao contexto educacional e social indígena devem-se à:

Ação política dos movimentos sociais, à luta dos/as trabalhadoras/es em educação, que aos poucos, conseguiram introduzir tais questões na agenda das políticas educacionais, transformando-as em leis, políticas e práticas, em diretrizes curriculares e em recursos financeiros e introduzindo-as, paulatinamente, na formação de profissionais da educação (BRASIL, 2000, p.124).

Nesta perspectiva, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), em 1998, cujo objetivo é oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como, para a elaboração e produção de materiais didáticos e para formação de professores indígenas.

O RCNEI (1998, p. 22), por sua vez destaca que:

Todas as sociedades indígenas dispõem de seus processos de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais. Os momentos e atividades de ensino aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída

por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas.

Percebe-se, portanto, que a educação escolar é só uma parte da educação indígena, visto que este é um processo mais amplo que abrange tanto as aprendizagens escolares como as aprendizagens adquiridas na vida cotidiana de suas comunidades. Nesta perspectiva, as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1994) afirmam que não há como considerar em contextos indígenas, a experiência extra-escolar e a experiência escolar como antagônicas, uma vez que um dos aspectos relevantes para a definição do currículo de uma escola é o conhecimento da prática cultural do grupo a que a escola se destina, já que a partir destas práticas que se definem determinadas estratégias de ação e padrões de interação entre as pessoas, que são determinantes no processo de desenvolvimento do indivíduo.

Nesse contexto, o RCNEI (BRASIL, 1998) destaca que desde antes da inserção da escola no cotidiano dos povos indígenas, estes vêm construindo complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. Dessas construções de conhecimento, resultam valores, concepções e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições particulares a partir de pesquisas e reflexões que lhe são próprias.

Considerando os aspectos próprios de sua cultura, as comunidades indígenas buscam uma educação diferenciada que contemple a realidade e os saberes de seu povo. Nesta perspectiva, as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1994) destacam que o currículo das escolas indígenas deve incluir disciplinas que respondam a demandas, necessidades e interesses da própria comunidade, as quais devem capacitar o educando naquilo que a comunidade considera essencial, tanto para a revitalização de suas tradições como para a sua autonomia socioeconômica.

Durante séculos os indígenas não foram contemplados nas políticas educacionais. A partir das lutas que os indígenas puderam explicitar seu projeto de educação, ainda que sob intenso debate e conflito, em forma de novas propostas de políticas públicas a serem desenvolvidas pelo Estado brasileiro. Tratando deste aspecto, Cunha destaca (2008) a responsabilidade das lideranças nas conquistas indígenas no que se refere aos avanços na legislação, nos projetos de planejamento linguístico, no fortalecimento do ensino bilíngue e na valorização de uma educação verdadeiramente indígena.

Silva (1999) por sua vez, destaca a importância do papel que os professores indígenas vêm desempenhando no atual momento histórico dos povos indígenas no Brasil, em sua prática concreta de construção de uma política indígena de educação escolar.

Desta forma, faz-se pertinente discutir a verdadeira essência das conquistas indígenas que muitas vezes são vistas como uma “bondade” daqueles que detêm o poder, quando na verdade são frutos de uma luta árdua dos indígenas, que buscam a cada dia estratégias de luta e valorização de suas culturas e educação, e que mesmo dispondo de documentos legais para nortear uma educação propriamente dos povos indígenas, na prática a inserção da escola em comunidades indígenas não se dar de forma tão simples.

Ao tratar das políticas públicas para os povos indígenas, Bergamaschi (2007) alerta que nem sempre é explicitada, por parte dos gestores das políticas públicas, uma intenção em considerar os povos indígenas como atores que também definem as práticas educativas em suas escolas, o que faz predominar uma grande incompreensão que se manifesta tanto nas aldeias como na própria secretaria de Educação.

Colaborando com esta perspectiva, Silva (1999) destaca que as pedagogias indígenas constituem valores fundamentais, que devem também orientar os trabalhos escolares e a elaboração de políticas indígenas de educação escolar.

Os referidos aspectos levantados por Bergamaschi (2007) e Silva (1999) fazem-se relevantes ao nos alertar a importância da construção de políticas públicas considerando os indígenas como agentes ativos e construtores

de conhecimento, visto que eles possuem um modo próprio de educação que deve ser contemplado, e a escola por sua vez deve ser recriada considerando as especificidades dos povos indígenas.

Bergamaschi e Medeiros (2010) enfatizam que a introdução da “escola” nas sociedades indígenas, mesmo almejada por eles e inserida num processo mais amplo de organização e luta, não ocorre sem conflitos, visto que esta é uma instituição construída com base em valores ocidentais e que a partir dessa realidade, os indígenas têm buscado recriar as escolas nas aldeias, evidenciando a possibilidade de incorporar aspectos da cultura do outro, sem perder os elementos constitutivos da cultura indígena, o que se configura em uma luta de visões de mundo diferenciadas constantemente. Nesta perspectiva, será discutido a seguir o papel da escola no contexto da educação indígena.

O PAPEL DA ESCOLA NO CONTEXTO INDÍGENA

Estudiosos (BERGAMASCHI, 2007; BERGAMASCHI E MEDEIROS, 2010; BERNARDI E CALDEIRA, 2012; GOMES, 2006; MELIÁ, 1999; PAULA, 1999; WEIGEL, 2003) têm buscado discutir acerca do papel da escola nas sociedades indígenas. Bergamaschi e Medeiros (2010) destacam que a escola indígena tem sido vista como uma estratégia de afirmação étnica, visto que ela possibilita o contato com conhecimentos e saberes do mundo não indígena e permite que os povos indígenas possam lutar por seus direitos de forma simétrica, apreendendo o sistema de vida ocidental, mas mantendo e afirmando seus modos próprios de educação. Bernardi e Caldeira (2012) destacam que cada vez mais a escola tem assumido a função de mediar o diálogo cultural entre os diferentes povos.

Gomes (2006) ressalta que a escola no contexto indígena possui estreita relação com o processo de reconstrução constante de identidade, uma vez que esta tem influenciado no processo de afirmação da cultura indígena. Meliá (1999) destaca que a educação indígena tem buscado sustentar sua alteridade através de estratégias próprias, tais como a ação pedagógica que por sua vez, tem buscado permitir que o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades sejam capazes de encarar situações novas advindas do mundo ocidental. Ao tratar das estratégias próprias dos povos indígenas, o referido autor destaca que um dos principais métodos indígenas, é a participação da comunidade na ação pedagógica, a qual busca assegurar a alteridade.

Weigel (2003) considera que a escola sendo um espaço socialmente construído, este se constitui em lugar onde as práticas nele empreendidas produzem efeitos resultantes de um feixe de relações, sejam elas sociais, culturais, dentre outras. Desta forma, sendo a escola uma instituição criada a partir de valores das sociedades ocidentais, ao se inserir nas comunidades indígenas, não ocorrerá de forma harmoniosa e sim, através de disputas de valores e visões de mundo diferenciadas.

Bergamaschi (2007, p.199), ao tratar sobre a inserção da escola em contextos indígenas, a autora destaca que os indígenas ao se apropriarem de um aparelho educativo que não tem origem no interior de suas tradições, buscam conferir à escola, significados próprios e “colocar em prática determinados preceitos escolares e que ao serem praticadas na escola da aldeia, assumem outra conotação”. Nesse contexto, a referida autora ao tratar desta questão, destaca a inconstância no cotidiano da escola indígena Guarani - Rio Grande do Sul, visto que na escola deste povo não se observa uma simetria no que diz respeito à tempos, à localização e organização espacial, bem como no desenvolvimento de atividades didáticas que não são desenvolvidas a partir de uma disciplinarização do conhecimento .

Paula (1999) ressalta que quando a escola se instala numa comunidade indígena traz no cerne a problemática da interculturalidade, visto ser ela uma instituição tão caracteristicamente criada pelas sociedades ocidentais. Nesse contexto a autora conceitua interculturalidade como a relação entre duas ou mais culturas, onde ocorre, portanto, relação entre diferenciadas visões de mundo, de sociedade e de educação.

Percebe-se que a escola tem sido concebida pelos indígenas como uma “ponte” para o diálogo com o mundo ocidental, visto que esta tem sido buscada como forma de adquirir conhecimentos necessários a uma

participação ativa na sociedade, mas também como lugar de desenvolvimento de práticas que assegurem a tradição e a cultura de seu povo. A escola torna-se assim, em um espaço de interface entre as concepções de mundo indígena e não-indígena, como assim é destacado por Bergamaschi e Medeiros (2010).

No entanto, Silva (2000) afirma que ainda há a predominância de um modelo único de escola, o que tem acarretado conflitos e desgastes, atualmente incompreensíveis, ao considerar que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) reconhece aos povos indígenas o direito à diferença. Ao tratar desta questão, a referida autora destaca que o direito à diferença é um tema que merece constante reflexão devido a sua própria complexidade, uma vez que a “diferença” não deve ser vista como problema, mas como um valor singular que quando respeitada e considerada pode compor um cenário complexo e rico, contribuindo para a superação do ideal de homogeneidade de ideias, valores e projetos que historicamente predominam.

Assim, Silva (2000) enfatiza a necessidade da superação da concepção da escola indígena enquanto adaptação do modelo historicamente dominante de instituição escolar, e pensar esta enquanto uma instituição própria e diferenciada, baseada nos ideais dos povos indígenas, o que ainda se configura em um desafio.

Percebe-se assim, a necessidade de uma educação escolar que contemple a cultura indígena de forma ativa, atuando consequentemente como instrumentos de resistência e revitalização político-cultural, contribuindo para o processo histórico de sobrevivência desses povos e de suas culturas. No entanto, destacam-se as dificuldades desta construção da “escola indígena” visto que as relações interculturais são cotidianas e as comunidades indígenas cada vez mais, vêem a necessidade de conhecer aspectos da sociedade ocidental, para uma atuação ativa na sociedade brasileira.

Nesse contexto, Paes (2002) explicita a discussão que a escola indígena apresenta-se em dois discursos diferenciados, como assim já enfatizamos. Tratando destes discursos, a autora destaca as duas abordagens que norteiam a educação escolar indígena:

De um lado, as discussões promovidas pelos movimentos dos professores indígenas, com o amparo legal que lhes legitima o direito a uma escola diferenciada, que valorize suas características culturais tradicionais e privilegie sua língua materna. De outro, a representação construída de um instrumento que se apresente em condições de prover a comunidade com informações suficientes para permitir o acesso às dinâmicas da sociedade ocidentalizada, de forma que eles possam usufruir todos os bens de direito de qualquer cidadão brasileiro (PAES, 2002, p.59).

Nota-se, portanto, os desafios e tensões que se fazem presentes no contexto da educação e cultura indígena, bem como o complexo papel que a escola desempenha nestas comunidades, visto que esta deve se configurar como um espaço de valorização da cultura, mas também de construção de conhecimentos locais e universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras e discussões realizadas para construção deste estudo, é possível considerar que os povos indígenas conviveram durante muitos anos com políticas que só buscavam a homogeneização da sociedade, e que foi a partir da problematização dos movimentos sociais indígenas e das lideranças que esta situação vem mudando de forma significativa.

Além disso, conclui-se que a introdução da escola nas comunidades indígenas foi marcada por conflitos e descontentamentos, visto que esta é uma instituição construída nos moldes da sociedade envolvente. No entanto, os povos indígenas buscam construir a “Escola Indígena” enquanto capaz de possibilitar a construção de conhecimentos necessários a uma participação ativa na sociedade, mas também atuar como lugar de desenvolvimento de práticas que assegurem a tradição e a cultura de seu povo, por considerar que a

comunidade indígena jamais deve esquecer a sua história, os seus costumes e crenças, defendendo a diferença.

Nesta perspectiva, a “Escola Indígena” tem sido buscada enquanto espaço de natureza específica, diferente, intercultural e promotora da formação de indivíduos indígenas. No entanto, destaca-se que a constituição da “Escola Indígena” ainda se configura como um desafio, ao considerar o contexto de influências advindas da sociedade exterior a comunidade indígena.

Enfim, consideramos que a realização deste estudo contribuiu de forma relevante para nossa formação, uma vez que permitiu-nos conhecer elementos presentes na educação indígena, aspecto este que faz total diferença na formação de um educador que busca a construção de uma educação diferenciada que respeite as diversas formas de pensar e construir a educação.

Notas:

¹ - Estudo desenvolvido a partir dos estudos e discussões realizados no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Processos educativos – DEHPE - da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA.

² - Mestranda em Educação na Universidade Estadual de Feira de Santana - BA; Licenciada em Pedagogia – UEFS; Membro do Grupo de Estudo Desenvolvimento Humano e Processos Educativos - UEFS; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. E-mail: gabibarbosa_fsa@hotmail.com

³ - Profª. Drª do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana- BA; Coordenadora do Grupo de Estudo Desenvolvimento Humano e Processos Educativos - UEFS. E-mail: dlp.ba@terra.com.br

REFERÊNCIAS:

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação Escolar Indígena: Um modo próprio de recriar a escola nas aldeias Guaraní. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 27, nº 72, p. 197-213, maioago. 2007.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 30, nº 60, p.55-75, 2010.

BERNARDI, Luci dos Santos; CALDEIRA, Ademir Donizeti. Educação Matemática na Escola Indígena sob uma abordagem crítica. **Revista Bolema**. Rio Claro (SP), V. 26, nº42 B, p.409-431, abr. 2012.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. Ed. Brasília: Congresso Nacional, 2010, 60p.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: nº 63, julset. 1994.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto/ Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339p.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 2000.

CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. **Revista Educar**; Curitiba, nº 32, p. 143-159, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. Editora Atlas: 4º Edição, 2007.

GOMES, Ana Maria R. O processo de escolarização entre os Xakriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação. **Revista Brasileira de Educação**. V. 11 nº 32, maio, 2006.

MELIÁ, Bartomeu. Educação Indígena na escola. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 49, Dezembro, 1999.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de; NASCIMENTO, Rita Gomes do. Roteiro para uma história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. **Revista Educação e Sociedade**; Campinas, v. 33, nº 120, p. 765-781, jul. Set. 2012.

PAES, Maria Helena Rodrigues. A questão da língua na escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra – MT. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 21, 2002.

PAULA, Eunice Dias de. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. **Caderno Cedes**. Ano XIX nº 49, Dezembro, 1999.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSCPPGEPLD, 2000.

SILVA, Rosa Helena Dias da. A autonomia como valor e articulação de possibilidades: O movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena. **Caderno Cedes**. Ano XIX nº 49, Dezembro, 1999.

SILVA, Rosa Helena Dias. Escolas em movimento: Trajetória de uma política indígena de educação. **Cadernos de pesquisa**, nº 111, p. 31-45, dezembro, 2000.

WEIGEL, Valéria Augusta C. de Medeiros. Os Baniwa e a escola: sentidos e repercussões. **Revista Brasileira de Educação**. Jan Fev MarAbr. Nº 22, 2003.

Recebido em: 21/06/2014

Aprovado em: 22/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: